



03 DE JUNHO DE 2016

Sexta-feira

- INDÚSTRIA POUPA SOLA DE SAPATO E DÁ SALTO DE EFICIÊNCIA
- FUNDOS DE INFLAÇÃO PROTEGEM PATRIMÔNIO DA ALTA DE PREÇOS
- GOVERNO JÁ FALA EM 'FLEXIBILIZAR' MEDIDAS FISCAIS
- O QUE ACONTECE QUANDO O MEI NÃO FAZ DECLARAÇÃO ANUAL
- DECISÃO SOBRE REAJUSTE DE COMBUSTÍVEIS SERÁ 'EMPRESARIAL', DIZ PRESIDENTE DA PETROBRAS
- PARANÁ É O TERCEIRO ESTADO COM MAIS EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL
- OCIOSIDADE NA INDÚSTRIA É A MAIOR DESDE 2002, MOSTRA PESQUISA DA CNI
- VALE ASSINA ACORDO PARA COMPRAR A FTE AUTOMOTIVE
- MARCOPOLO FECHA MAIS UMA VENDA DE ÔNIBUS
- ANEF: CAI O USO DO FINAME NA COMPRA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS
- BOSCH AMPLIOU EM 6,6% OS NEGÓCIOS NA AMÉRICA LATINA
- XEEVA SIMPLIFICA COMPRAS INDIRETAS
- ARCELORMITTAL SUSPENDE PROJETO DE MINERAÇÃO EM QUEBEC POR FRAQUEZA DO MERCADO
- VALE FAZ 1º TESTE DE EQUIPAMENTO EM PÁTIO DO PROJETO S11D DE MINÉRIO DE FERRO
- LUCRO CONSOLIDADO DA VOTARANTIM MAIS DO QUE DOBRA NO 1º TRIMESTRE
- CONFIANÇA DO PEQUENO EMPRESÁRIO MELHORA, MAS PESSIMISMO PERSISTE
- PEDIDOS DE FALÊNCIA AUMENTAM 27% ENTRE JANEIRO E MAIO
- CONFIANÇA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SOBE EM MAIO, DIZEM SPC BRASIL E CNDL
- ALTA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL AINDA NÃO ANULA RETRAÇÃO DOS MESES ANTERIORES
- RECESSÃO QUE SE INSTALOU NA INDÚSTRIA PROSEGUE E REFLETE NO EMPREGO, DIZ CNI
- METALSIDER FIRMA-SE COMO UM COMPLEXO INTEGRADO

- INOVAÇÃO E GAMIFICAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO GANHAM ESPAÇO NAS EMPRESAS
- BRASIL SÓ REVERTERÁ DÉFICIT DE SANEAMENTO SE AMPLIAR RECURSOS E MELHORAR GESTÃO DAS EMPRESAS
- Mais de mil Pessoas Físicas são intimadas por compras de mercadorias com CPF sem recolhimento do ICMS
- APÓS MAIS DE 2 ANOS DE EXISTÊNCIA, LEI ANTICORRUPÇÃO SÓ PUNIU UMA MICROEMPRESA
- 'SOMOS TODOS CIBORGUES', DIZ FUNDADOR DA TESLA
- CINCO SINAIS DE QUE ECONOMIA COMEÇOU A MELHORAR
- ARTIGO: LUZ NO FUNDO DO POÇO DO TÚNEL
- BMW REESTRUTURA DIVISÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS E MIRA AUTÔNOMOS
- BENS DURÁVEIS SÃO DESTAQUE NEGATIVO NO PASSADO RECENTE DA INDÚSTRIA, DIZ IBGE

CÂMBIO EM 03/06/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,533	3,533
Euro	4,001	4,003

Fonte: BACEN

Indústria poupa sola de sapato e dá salto de eficiência

03/06/2016 – Fonte:Gazeta do Povo



Reduzir os deslocamentos de funcionários no chão da fábrica ajudou a aumentara produtividade entre 33% e 63%, segundo o Senai.

Setor mais castigado pela crise, a indústria regrediu mais de uma década, e não vai sair dessa enquanto a economia não der sinais de reação. Mas ainda pode fazer muito para melhorar as coisas do portão para dentro, e sem gastar muito.

Um bom começo seria economizar sola de sapato, fazendo com que os funcionários se movimentem menos pelo chão de fábrica. A redução dos deslocamentos – que ajuda a baixar o tempo de fabricação e, portanto, a ganhar eficiência – é um dos primeiros efeitos observados por quem adota o sistema *Lean Manufacturing*, consagrado pela montadora japonesa Toyota.

Os resultados das fábricas que implantaram o método, também conhecido como “manufatura enxuta”, dão uma ideia do ganho que mudanças simples podem gerar. As 20 empresas de cinco estados que passaram por uma consultoria do Senai no início do ano alcançaram aumentos de produtividade entre 33% e 63%.

Após o sucesso do projeto-piloto, o governo federal lançou em abril o programa Brasil Mais Produtivo, no qual 3 mil empresas de pequeno e médio porte serão orientadas por 400 consultores até 2017.

O tempo de montagem nas fábricas que passaram pela consultoria na “fase de testes” do programa caiu 28%, em média. O período de setup, em que uma máquina é ajustada para produzir um novo lote de produtos, baixou 76%. E a movimentação dos trabalhadores despencou 94%.

Uma mudança de layout que aproxime as ferramentas do operador, para ele ter tudo à mão, já faz grande diferença.

Sonia Parolin Gerente de Serviços Tecnológicos e Inovação do Senai no Paraná.

Sem custo adicional

Na fabricante de implementos rodoviários Noma, de Sarandi (Norte do estado), uma das três empresas paranaenses que participaram do piloto, um operador de dobradeira que andava pouco mais de 800 metros por expediente agora caminha cerca de 200 metros. O setup do equipamento, que durava 38 minutos, baixou para 18.

Para descobrir o que havia de errado naquela máquina, que ficava muito tempo parada, a empresa filmou todo o processo de produção e tomou notas sobre cada etapa. Depois, operadores, líderes e também pessoas de outras áreas sugeriram mudanças.

Se antes o funcionário tinha de esperar o operador de empilhadeira buscar uma ferramenta a cada reconfiguração da dobradeira, hoje todas as ferramentas ficam a seu lado, num carrinho que a própria empresa fabricou com sobras de material.

“Não foi preciso fazer investimento, apenas mudamos o nosso método de trabalho”, explica Fernanda Botti, gerente da divisão industrial da Noma.

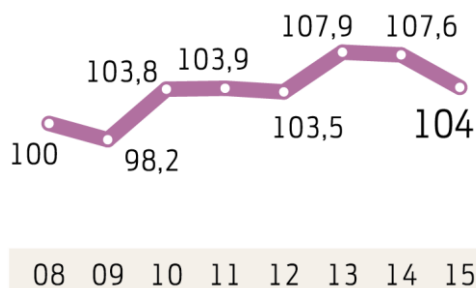
No piloto, a empresa aplicou as técnicas da manufatura enxuta em apenas dois pontos da área fabril – a dobradeira e uma prensa. Animada com o retorno, replicou o método por conta própria em dois equipamentos de solda, e em breve vai empregá-lo em outros dois projetos. “Quem já participou do processo vai treinando as equipes seguintes e multiplicando o conhecimento”, diz Fernanda.

MENOS EFICIENTE

De 2013 para cá, a produção da indústria brasileira caiu mais que o número de horas trabalhadas. Com isso, o setor ficou menos produtivo.

Produtividade da indústria de transformação (100 = média de 2008)*

*Relação entre a produção física e o número de horas pagas.



Fábrica em São José dos Pinhais dobrou produtividade com novo layout

A fabricante de impressoras de grande formato Ampla, de Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), começou a implantar a “manufatura enxuta” em agosto de 2012. Desde então, o índice de “não conformidade” (erros) e o tempo de fabricação de cada impressora despencaram 85%. E a produtividade dobrou.

Uma das mudanças cruciais foi no layout da área de usinagem. Máquinas que ficariam paralelas a cinco metros de distância acabaram instaladas a 1,5 metro uma da outra.

“Como elas têm tempo de ciclo diferente, vimos que o mesmo trabalhador poderia operar as duas, alimentando uma de cada vez. Assim, pudemos aproximar os equipamentos”, explica o gerente industrial da Ampla, Waldir Porfírio Gomes.

“Hoje 65% de nossa produção é ‘lean’. Sempre há o que avançar. O interessante é que o colaborador fica motivado porque pode sugerir melhorias, ele tem o poder da mudança.”

Alcance do programa Brasil Mais Produtivo é modesto, mas preciso

A produtividade da indústria de transformação, calculada pela relação entre a produção física e o número de horas pagas, caiu 3,6% entre 2013 e 2015, recuando aos níveis do início da década. O programa Brasil Mais Produtivo não vai reverter essa tendência sozinho.

Seu orçamento (R\$ 50 milhões) e alcance (3 mil empresas) são modestos, considerando-se o universo de mais de 1,3 milhão de companhias industriais ativas no país.

Sabe-se, também, que no longo prazo o avanço da produtividade está muito ligado ao aumento da escolaridade da mão de obra, algo em que o empresário tem influência limitada, e ao investimento em tecnologia, hoje fora de questão para a maioria devido ao custo.

Ainda assim, a iniciativa de propagar a manufatura enxuta, anunciada semanas antes do afastamento de Dilma Rousseff, foi bem vista por especialistas.

O Brasil Mais Produtivo vai atender empresas de 11 a 200 funcionários organizadas em Arranjos Produtivos Locais de quatro setores. No Paraná, a meta é dar consultoria a 92 empresas de três ramos: a indústria metal-mecânica de Curitiba e região, o polo moveleiro de Arapongas e fabricantes de alimentos e bebidas.

Interessados devem se cadastrar no [site do programa](#) e aguardar o contato de consultores do Senai. A consultoria vai durar 120 horas e custará R\$ 3 mil, 17% do custo total (R\$ 18 mil).

Fundos de inflação protegem patrimônio da alta de preços

03/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A previsão de inflação alta nos próximos anos torna os fundos renda fixa do tipo índice uma opção atrativa aos aplicadores que querem proteger o patrimônio contra as variações dos preços.

Enquanto o IPCA alcançou no acumulado dos últimos 12 meses 9,28%, o IMA-B, taxa de referência para o rendimento dos fundos, teve um salto de 16,79% no mesmo período, conforme a Associação Brasileira dos Mercados de Capitais (Anbima). O valor ficou acima da taxa DI, que tem como base a Selic e serve para remunerar a maior parte dos ativos de renda fixa. Nos últimos 12 meses, o indicador cresceu 14,14%.

Composto principalmente por papéis do Tesouro Direto IPCA+ -- as antigas NTN-Bs --, os fundos de inflação procuram replicar os retornos dados por esses títulos. Por terem em seu portfólio por papéis da dívida pública, considerados de baixíssimo risco, os ativos se encaixam no perfil de investidores conservadores, com objetivos de longo prazo e que procuram diversificar as carteiras, avaliam consultores financeiros. Mas, em alguns cenários, os fundos podem apresentar retornos abaixo de outras aplicações de renda fixa.

Quando há expectativa de queda dos juros, a remuneração tende a cair. Isso por que o retorno é definido por duas variáveis: a inflação e a Selic. Logo, quando a taxa básica desce, o percentual fixo a ser pago pelos títulos segue a mesma trajetória.

“Os fundos não oferecem risco de crédito, mas sim de mercado, porque conforme os juros variam as taxas pagas também oscilam”, afirma a consultora de investimentos da Órama, Sandra Blanco.

Custos

Os investidores devem ficar atentos para as taxas que incidem sobre os fundos de inflação. As aplicações têm incidência do Imposto de Renda regressivo, que vai de 22,5%, para seis meses, a 15%, para dois anos ou mais. Resgates em até 30 dias após a aplicação também tem cobrança do IOF. As taxas de administração variam de 0,3% a 2% ao ano, com aportes iniciais a partir de R\$ 50.

A última previsão do boletim Focus, do Banco Central, prevê que até o fim deste ano o IPCA ficará em 7,56% e em 2017 em 6%. Já a perspectiva é que as taxas de juros fechem em 12,88% em 2016 e em 11,25% no ano que vem. “Ao analisar o longo prazo, os fundos ficam muito próximos da DI, o que os torna uma opção para diversificar os investimentos e ter boa liquidez”, acrescenta Sandra. Os saques podem ser feitos diariamente.

O coordenador de Gestão Financeira da Faculdade Opet, Jefferson Fischer, conta que os fundos podem oferecer retornos menores quando as taxas de juros, principal ferramenta para conter a inflação, são mantidas baixas de maneira artificial, fazendo com que os índices de preços percam para a Selic.

Além disso, o poupador corre o risco de perder dinheiro quando os investimentos são resgatados antes do vencimento dos títulos que compõem os ativos. "Os papéis que compõem esses fundos têm alta volatilidade. Por isso, para não correr o risco de perder dinheiro, o melhor é esperar", considera. Por isso, é importante conhecer a composição dos fundos.

Em geral, os fundos têm uma gestão passiva, o que faz com que comprem e recomprem títulos para manter a rentabilidade próxima do índice de inflação, sem que haja uma meta de "bater" o índice.

"Os fundos (de inflação) não oferecem risco de crédito, mas sim de mercado, porque conforme os juros variam as taxas pagas também oscilam- Sandra Blanco- Consultora de investimentos da Órama

Governo já fala em 'flexibilizar' medidas fiscais

03/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A equipe econômica do presidente em exercício Michel Temer nem sequer mandou ao Congresso o projeto que estabelece o teto de gastos públicos – tendo como limite a inflação do ano anterior – e já admite "flexibilizar" a medida considerada o principal ponto do pacote fiscal.

Seguindo orientação do presidente, o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que serão preservados os recursos da Saúde e da Educação. No anúncio do pacote, o ministro Henrique Meirelles, reforçou que as duas áreas seguiriam o teto que deve ser estipulado. "O presidente Temer nos dá orientação e cumprimos", resumiu o ministro.

O limite para as despesas de Saúde e Educação foi bastante criticado. No mesmo dia do anúncio, o governo explicou que o orçamento das duas áreas até poderia ter aumento real, com o teto em vigor, desde que outras despesas crescessem menos.

O ministro do Planejamento foi na mesma direção nesta quinta-feira (2). "Há uma série de outras despesas que podem ser objeto de contenção, de tal modo que o limite seja atendido", afirmou. Segundo ele, o limite fará o comportamento da despesa ser compatível com a capacidade do Estado de se financiar. O

piso será o mínimo constitucional previsto para este ano. A partir de 2017, caso a proposta de emenda à Constituição seja aprovada pelo Congresso, está assegurada às duas áreas, no mínimo, a correção pela inflação.

Oliveira disse que a União já gasta mais do que os 18% da arrecadação dos impostos federais que é obrigada a comprometer com Educação. Em 2016, o gasto previsto para Saúde será equivalente a 13,2% das receitas líquidas. Esse valor segue uma regra que entrou em vigor neste ano. Antes, o piso era estabelecido de acordo com o que foi desembolsado no ano anterior, corrigido com a variação do PIB.

Prazo

Oliveira também admitiu que o governo deve estipular um prazo para a vigência do teto. "Não tem como ser indefinidamente para todo o sempre. Estamos discutindo a

questão de tempo e prazo. Ainda não há uma definição”, afirmou. Segundo o ministro, a discussão tem como premissa que a regra deve implicar uma redução, ao longo do tempo, da despesa total em relação ao PIB.

O que acontece quando o MEI não faz declaração anual

03/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Terminou na terça-feira (31) o prazo para que os microempreendedores individuais do país entregassem a Declaração Anual do Simples Nacional.

O MEI que não entregou a declaração está sujeito à multa de R\$ 50,00, que pode cair para R\$ 25,00 caso o empreendedor regularize a situação antes de ser notificado pela Receita Federal.

Outra consequência de não enviar a declaração dentro do prazo é que o MEI não conseguirá gerar os boletos mensais do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS), com isso o empreendedor fica inadimplente e sua situação é irregular perante a Receita Federal.

De acordo com Francisco Arrighi, diretor da Fradema Consultores Tributários, os empreendedores devem normalizar a situação do empreendimento para evitar o cancelamento do registro da empresa, o que acontece após 12 meses sem o pagamento mensal do imposto e a não entrega da Declaração.

Sem o registro, o MEI perde benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e pensão por morte e fica impossibilitado de emitir notas fiscais.

Valdir Pietrobon, diretor da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) aconselha que para regularizar a situação o Microempreendedor Individual procure ajuda de um contador ou dos serviços do Sebrae.

Ele lembra que essa assessoria deve ser prestada gratuitamente a MEIs que abriram a empresa em 2015 por escritórios contábeis que tenham optado pelo Simples Nacional.

A lista de escritórios que se enquadram nesta situação no site da Fenacon. A regularização também pode ser feita diretamente pelo MEI. Para isso, basta que ele acesse o Portal do Empreendedor.

Decisão sobre reajuste de combustíveis será 'empresarial', diz presidente da Petrobras

03/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em recado direto aos investidores da Petrobras, o novo presidente da companhia, Pedro Parente, assegurou que não haverá interferência do governo na gestão de preços dos combustíveis.

Em entrevista após tomar posse no Palácio do Planalto, na quarta-feira (1.º), Parente disse que a decisão sobre preços de combustíveis será de "natureza empresarial" e não política – como ocorreu durante os governos Lula e Dilma.

Parente frisou que a interferência política na estatal não existe mais. "Já acabou", afirmou, ao responder de forma bem sucinta a uma pergunta depois da cerimônia. Segundo ele, a orientação do presidente em exercício Michel Temer é de que a empresa tenha uma gestão profissional e sem interferência do governo.

A posse do presidente da Petrobras ocorreu numa cerimônia conjunta na qual também foram empossados os novos presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Maria Sílvia Bastos Marques; do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli; da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo.

Venda de ativos

Para identificar a escolha dos novos executivos com o esforço de traçar uma agenda positiva na economia, o presidente em exercício Michel Temer recomendou aos presidentes que as instituições oficiais sejam um braço do governo para a retomada da atividade.

A posse ocorreu depois de anunciada a retração de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, que marca dois anos de recessão no País, e os executivos saíram com o discurso afinado de que os bancos oficiais continuarão agindo em apoio aos projetos do governo de reativação da economia. A meta no momento é sair da recessão e estancar o avanço do desemprego.

Enquanto o discurso dos presidentes dos bancos públicos foi em direção ao alinhamento com o governo, o da Petrobras procurou desvencilhar dos projetos da companhia a interferência do Planalto. Ao descartar uma nova capitalização, Parente deixou claro que a petrolífera terá de resolver seus problemas sem a ajuda do Tesouro.

De acordo com dados divulgados pela estatal, no primeiro trimestre deste ano o endividamento total ultrapassava R\$ 450 bilhões, sendo R\$ 62 bilhões com vencimento no curto prazo.

Para Parente, a solução da crise passará necessariamente pela venda de ativos. "Vocês conhecem a situação do Tesouro e ouviram o presidente Temer falar que existe um déficit da ordem de R\$ 170 bilhões. Como é que a empresa poderia contar com o Tesouro numa situação como essa?, argumentou.

Ele evitou fazer previsões de reajuste dos preços dos combustíveis e não quis dar detalhes do plano de ação à frente da companhia.

“Não vou responder a essa pergunta. Vocês podem tentar 50 vezes que eu não vou falar especificamente sobre o que vai acontecer com os preços. Seria irresponsável da minha parte falar isso.”

A forte ingerência do governo petista na gestão da empresa e nos preços dos combustíveis foi alvo recorrente das críticas de investidores e contribuiu para a perda de valor que a estatal passou a enfrentar a partir do escândalo das acusações de corrupção reveladas pela Operação Lava Jato.

Operação conjunta

Paulo Caffarelli, do BB, disse que os bancos estão juntos em busca de soluções para o momento econômico do País. “Isso se faz com estímulo à exportação e aumento do crédito para as empresas”, afirmou, em uma curta entrevista. Ele explicou que os bancos farão reestruturação, para atrair capital estrangeiro, de operações de infraestrutura com investimentos estimados em R\$ 1,5 trilhão.

Já o novo presidente da Caixa, Gilberto Occhi, disse que o governo Temer busca a reversão dos números ruins da economia. “Vamos trabalhar para que sejam retomadas as ações produtivas para que o Brasil possa voltar a crescer. A Caixa vai continuar a ser grande contribuidora dessas medidas.” Segundo Occhi, a ordem é por o “pé no acelerador” para que o banco continue sendo “indutor” do crédito.

“Vamos trabalhar em equipe, acho que vai facilitar muito para conseguirmos o que todos desejam, que é retomada da economia”, disse Maria Sílvia, do BNDES. A devolução de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro, anunciada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, não deve diminuir o papel do banco de fomento. Segundo ela, as parcelas foram calculadas em conformidade com a expectativa da instituição para desembolsos nos próximos anos.

Occhi disse que vai retomar “imediatamente” as obras de 80 mil unidades do Minha Casa Minha Vida que estão paradas, sendo a maioria destinada a famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil, e de outros projetos que estavam parados no banco com a indefinição sobre quem assumiria a presidência da instituição. Occhi pretende apresentar a Meirelles alternativas para que o banco não precise de injeção de recursos do Tesouro Nacional a curto e médio prazos.

Ele afirmou que a ideia é que a Caixa se concentre apenas na atividade bancária, ganhe eficiência e valorize seus ativos.

Paraná é o terceiro estado com mais empreendimentos sustentáveis no Brasil

03/06/2016 – Fonte: Bem Paraná



O Internacionalmente conhecido e reconhecido como “Capital Ecológica” por conta dos amplos espaços verdes (como bosques, parques e praças) espalhados pela cidade, Curitiba — e o Paraná como um todo — vem inovando nos últimos anos e agora é destaque nacional também por conta de suas obras sustentáveis. Fica aqui, inclusive,

o empreendimento mais sustentável do Brasil, o escritório da construtora Laguna, localizado no Edifício Iguazu 2820, no Água Verde.

Segundo dados Green Building Council Brasil (GBC Brasil), o Paraná é o terceiro estado brasileiro com maior número de empreendimentos registrados e certificados pelo LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações. Com 73 estabelecimentos registrados, dos quais 34 em Curitiba, o Paraná fica atrás apenas de São Paulo (600 empreendimentos) e Rio de Janeiro (188).

Das 73 construções paranaenses registradas na LEED, 23 possuem certificação, sendo três na categoria Platinum (a categoria máxima, "top"), 11 na Gold e seis na Silver. O grande destaque é o escritório da construtora Laguna.

Enquanto o Edifício em si possui certificação nível Gold, o escritório localizado no 21º andar tornou-se o mais sustentável do país ao conquistar o LEED CI Platinum (para interiores comerciais) com nota 89, a maior jamais alcançada por algum estabelecimento do país.

Segundo André Marin, diretor de incorporação da construtora Laguna, o escritório, que recebeu a certificação no último dia 25 de abril, já foi projetado para ser uma obra sustentável, seguindo os princípios adotados pela própria construtora.

"A empresa sempre se preocupou muito com o conforto, qualidade de ambiente interno e também ambiente sustentável. Estamos até mais preocupados com isso do que a certificação em si. O que vem antes é a ideologia, depois vimos da certificação", explica Marin.

Para conseguir o título, a empresa apresentou uma série de relatórios que comprovam, em termos de sustentabilidade, que o empreendimento possui indicadores superiores aos encontrados no mercado. Em energia elétrica (iluminação), por exemplo, há economia de 48%. Com ar condicionado, 43%.

Ociosidade na indústria é a maior desde 2002, mostra pesquisa da CNI

03/06/2016 – Fonte: Bem Paraná

O nível de atividade da indústria brasileira voltou a cair em abril, com utilização de 76,9% da capacidade instalada, menor nível da série histórica iniciada em 2002, segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) divulgado nesta quinta (2).

As informações são da Agência Brasil. O resultado representa queda em relação ao nível de utilização da capacidade instalada registrado em março (77,2%) e também em relação a abril do ano passado, quando o índice se encontrava em 79,8%.

A pesquisa de indicadores da indústria feita pela CNI confirma também outras estatísticas negativas sobre o setor, mostrando uma queda no nível de emprego pelo 15º mês consecutivo. O faturamento real da indústria sofreu retração de 0,6% em abril, em relação a março, e de 9,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

"Se chegamos ao fundo do poço, esse poço é bem fundo", disse o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, após a divulgação. Ele previu trajetória de estabilidade daqui para a frente para o setor. O economista destacou, no entanto, que um alto índice de capacidade ociosa pode ser um indicador macroeconômico capaz de gerar perspectivas positivas, pois sinaliza um alto potencial de retomada de produção sem a necessidade de novos investimentos".

“Para ele, a situação do mercado interno é “dramática”, e a salvação de alguns segmentos da indústria tem sido a exportação: “Menos ruim são aqueles setores que têm em sua composição esse fator externo, como papel e celulose, por exemplo.”

Vale assina acordo para comprar a FTE Automotive

03/06/2016 – Fonte: Automotive Business

A Valeo assinou na quinta-feira, 2, acordo de intenção de compra da FTE Automotive, fabricante alemã de embreagens. O negócio de € 819,3 milhões deve dar à empresa francesa 100% do controle da outra companhia, que desde 2013 pertencia ao Bain Capital Private Equity.

Com 3,7 mil funcionários, a FTE Automotive tem presença em oito países, incluindo México e China. Em 2015 a fabricante alcançou faturamento de € 500 milhões, 30% deste montante foi obtido fora da Europa. Segundo a Valeo, a gama de produtos das duas empresas é complementar e, portanto, permitirá aumentar a presença de mercado.

“A FTE é uma empresa em rápida expansão e liderança tecnológica com habilidade comprovada em combinar crescimento e rentabilidade. O negócio vai fortalecer a nossa divisão de sistemas de powertrain”, destacou em comunicado Jacques Aschenbroich, CEO da companhia francesa. A Valeo avalia a compra deve ser concluída até o primeiro trimestre de 2017.

Marcopolo fecha mais uma venda de ônibus

03/06/2016 – Fonte: Automotive Business



Mesmo no cenário econômico conturbado a Marcopolo segue concretizando novos negócios. Desta vez a companhia fechou a venda de oito unidades do Vale BRT para operadoras de transportes de Londrina (PR).

Os modelos atendem a diferentes demandas, com configurações específicas, e rodarão no novo sistema de mobilidade do município.

Uma das empresas, a Transportes Coletivos Grande Londrina, comprou duas unidades do Vale BRT articulado, com 18,9 metros de comprimento e chassi Mercedes-Benz O500 MA 2836.

Os veículos são equipados com três monitores, sistema audiovisual com DVD e CD Player, gravador de imagem e preparação para internet sem fio (Wi-Fi). A empresa adquiriu ainda três unidades do modelo com 13,2 metros e chassi O500 M 1826 da mesma montadora.

Já a outra compradora, a Viação Garcia, recebe três unidades do Vale BRT com chassi Volvo B29OR 4x2 de 13,2 metros e capacidade para transportar 30 passageiros sentados.

Anef: cai o uso do Finame na compra de caminhões e ônibus

03/06/2016 – Fonte: Automotive Business



Com o fim dos PSI (Programa de Sustentação do Investimento), caiu o uso do Finame/BNDES para o financiamento de caminhões e ônibus. Dados da Anef, associação que representa as empresas financeiras das montadoras, mostram que 84% das vendas de veículos pesados foram feitas a prazo no primeiro trimestre de 2015.

O Finame teve a maior participação entre as modalidades e respondeu por 64% das operações. Ainda assim, o volume é 10 pontos percentuais menor do que o registrado há dois anos, entre janeiro e março de 2014.

Com isso, o uso do financiamento do BNDES caiu ao menor patamar desde 2009. Segundo a Anef, 18% das vendas de caminhões e ônibus foram realizadas por meio de operações CDC e outros 2% foram adquiridos por consórcio. O leasing teve adesão baixa, de apenas 1%.

VENDAS À VISTA TÊM RECORDE

Entre os veículos leves, a surpresa está no grande número de negócios fechados à vista. A Anef aponta que 42% dos negócios foram pagos no ato, o maior nível desde o início da série histórica.

Os pagamentos a prazo foram usados em 58% das operações. O CDC foi a modalidade mais utilizada, com 51%. O consórcio vem em seguida, usado em 5% das aquisições, seguido pelo leasing, com 2%.

“O consumidor efetua compras por meio de três grandes drivers: confiança, renda e crédito; elementos que vêm se degradando bastante. Isso tende a impactar na indústria como um todo”, avaliou o presidente da Anef, Gilson Carvalho, em comunicado distribuído pela entidade.

A diminuição do interesse por financiar veículos é visível nos dados do Banco Central divulgados no dia 30 de maio. O levantamento mostra que, nos últimos 12 meses encerrados em abril passado, o saldo da carteira de crédito para a compra de veículos encolheu R\$ 24,6 bilhões, o que fez o estoque de financiamentos cair para R\$ 153 bilhões.

Bosch ampliou em 6,6% os negócios na América Latina

03/06/2016 – Fonte: Automotive Business

A Bosch divulgou os resultados obtidos na América Latina em 2015. Mesmo com o cenário de contração econômica, a empresa conseguiu ampliar as vendas líquidas totais em 6,6%, considerando também exportações e entregas às empresas coligadas. O aumento elevou o faturamento na região para a marca de R\$ 6 bilhões. A boa performance foi puxada por negócios fora do setor automotivo.

Segundo a companhia, as vendas para as áreas de bens de consumo, energia,

tecnologia predial e tecnologia industrial caminharam bem. As exportações feitas a partir da América Latina cresceram 22% ao longo de 2015. Com isso, as entregas internacionais alcançaram participação de 30% no faturamento.

O Brasil, mesmo em crise, continuou como o principal mercado da empresa na região. O país respondeu por 50% do volume de vendas do ano passado, o que equivale a R\$ 4,7 bilhões. Deste total, 30% foram destinados à exportação a outros mercados do continente, além de Estados Unidos e Europa, entre outras regiões.

Apesar de ter registrado resultado positivo, a Bosch reconhece que o momento é de fortes desafios. "Acreditamos que a estabilidade política é crucial para retomar o crescimento da economia e recuperar a credibilidade dos investidores e dos consumidores", aponta em comunicado Besalier Botelho, presidente do Grupo Bosch América Latina.

EXPECTATIVAS

O aprofundamento da crise no Brasil não deve frear os negócios da empresa. A expectativa da Bosch para 2016 é de crescimento moderado puxado pelo aumento das exportações, que tem câmbio favorável. Outro fator positivo é a perspectiva de crescimento dos negócios não automotivos.

A evolução deve ser amparada pelo investimento de R\$ 150 milhões que a companhia projeta para a América Latina este ano. O aporte, que tem como principal foco a modernização das linhas de produção, dá continuidade ao R\$ 1,7 bilhão aplicado pela empresa na região nos últimos 10 anos.

Xeeva simplifica compras indiretas

03/06/2016 – Fonte: Automotive Business



Aparentemente simples, a aquisição de produtos e serviços utilizados indiretamente na produção da indústria automobilística, como materiais de apoio à manufatura e escritórios, pode tornar-se complexa em muitas montadoras e empresas de autopeças. David de Carvalho, gerente regional da norte-americana Xeeva, empresa de soluções em sistemas e softwares de compras, faz contas para evidenciar essa realidade.

"As compras automotivas, de forma geral, correspondem a 60% do faturamento de uma companhia do setor automotivo. E 20% deste total representam compras de materiais indiretos, serviços e capex (investimento em bens de capital), que são de uma enorme diversidade e obtidas de inúmeras fontes", pondera.

Com sede em Detroit, Estados Unidos, e escritórios em dez pontos estratégicos globais para atender a indústria automobilística, que é seu alvo, a Xeeva nasceu como uma divisão da Netlink e tornou-se independente em 2014.

Há cinco anos a empresa está presente no Brasil e inclui em seu portfólio de clientes a General Motors, Yazaki e Lear. Nas três, a Xeeva implantou serviços para agilizar e otimizar a compra de materiais indiretos.

"A aquisição de materiais indiretos é mais complexa do que a de materiais diretos,

pois o número de fornecedores é ampla e há milhares de itens a serem gerenciados. Muitas vezes diferentes plantas de uma mesma companhia utilizam nomenclatura e padrões diferentes para classificar os produtos a serem adquiridos. As compras indiretas costumam ser feitas por processos diferentes, seja um pedido, acordo ou contrato”, explica David Austin, vice-presidente sênior de vendas e marketing da Xeeva.

O executivo esclarece que itens diretos são mais visíveis e possuem indicadores de referência, permitindo estabelecer controles efetivos, que permitem reduzir custos. A ideia por trás dos serviços da Xeeva é racionalizar também as compras indiretas, gerenciando melhor os ambientes de suprimento, fomentando a concorrência e incentivando o valor agregado.

Dessa forma, diferentes unidades de uma mesma companhia passam a saber on-line (em tempo real) o que cada uma delas está comprando e desta forma podem se organizar para passar a comprar com padronização e disciplina.

Na primeira visita ao País no fim de maio, para conhecer de perto clientes e mercado, David Austin mostrou-se surpreso com as dificuldades na economia e no segmento automotivo, mas esclareceu que o Brasil ainda é prioritário e representa o segundo mercado para a Xeeva, que tem por aqui concorrentes diretos como Ariba/SAP, Coupa e Mercado Eletrônico . “Nosso diferencial é que nascemos no setor automotivo e temos como especialidade processos de manufatura”, afirmou.

VANTAGENS

“Períodos de crise trazem oportunidade de cortar custos”, garante Austin, enfatizando que os sistemas de P2P (Procurement to Pay) disponíveis em “nuvem”, ou seja, sistemas como SaaS (Software as a Service), oferecidos pela Xeeva, têm vantagens exclusivas, como permitir ao requisitante da compra poder checar se existe saldo para a requisição. Ao mesmo tempo, os demais usuários do sistema podem acessar os dados. “Assim, é possível racionalizar as compras e melhorar os gastos ou, em situação extrema, até parar de comprar”, esclarece.

O sistema permite, também, estimular a comunicação entre o aprovador da compra e o requisitante dentro do sistema, com eventual debate sobre a extensão, necessidade ou qualificação de cada pedido.

Austin destaca a colaboração com fornecedores possibilitada pelo sistema da Xeeva, permitindo otimização do fluxo de caixa, racionalização e redução de custos, total visibilidade das compras indiretas, redução de tempos de ciclo das entregas, ganhos de produtividade com redução do lead-time do processo de compras, extensão de benefícios e inteligência para o inventário.

“Nossos especialistas de implementação são profissionais de compras e tecnologia experientes. Conforme exigido pelas necessidades de negócios, fornecemos uma equipe de especialistas para o atendimento específico de integração, solução de desafios de aquisição, gerenciamento de mudanças e especialização da indústria”, relata.

Em uma próxima etapa a Xeeva pretende implantar no Brasil o sistema Marketplace, que permitirá selecionar a melhor oferta de determinados produtos. Por enquanto, a opção está sendo testada nos Estados Unidos e no México.

ArcelorMittal suspende projeto de mineração em Quebec por fraqueza do mercado

03/06/2016 – Fonte: R7

A ArcelorMittal, maior produtora de aço do mundo, está suspendendo um enorme projeto em sua mina de minério de ferro em Mont-Wright, no norte do Canadá, devido a condições de mercado ruins, disse a empresa nesta quinta-feira.

A empresa, que emprega 2.500 funcionários na mina, informou ao sindicato United Steelworkers esta semana que não começará um projeto de "descarregamento" em junho, como o planejado.

A decisão foi baseada nos custos do projeto, os "muito elevados" custos de produção da mina, preços baixos do minério de ferro e competição global, disse o porta-voz da ArcelorMittal, Paul Wilson.

"Devido às atuais condições do mercado de minério de ferro e a necessidade resultante de diminuir ainda mais os custos operacionais da ArcelorMittal Mining no Canadá, um projeto específico --que originalmente deveria começar neste verão-- foi atrasado indefinidamente", disse a ArcelorMittal Mining em comunicado

Vale faz 1º teste de equipamento em pátio do projeto S11D de minério de ferro

03/06/2016 – Fonte: R7

Uma empilhadeira de lança dupla, com mais de 70 metros de comprimento, foi o primeiro equipamento da mineradora Vale a ser testado no pátio de minério de ferro do projeto S11D, que deverá começar a produzir ao final deste ano na região de Carajás, no Pará.

O teste foi realizado no pátio que receberá o estoque provisório do minério para a alimentação da usina, que integra o mega projeto com capacidade para 90 milhões de toneladas ao ano.

"É mais uma importante etapa superada. Estamos com 86 por cento das obras de construção da mina e da usina concluídas e agora daremos continuidade aos testes para operação do projeto", disse em nota nesta quinta-feira o líder executivo de Engenharia, Construção e Planejamento do Projeto Ferro Carajás S11D, Mauricio Gasparini.

Segundo a Vale, em cenário desafiador e de preços baixos do minério de ferro, o S11D vai favorecer a manutenção da competitividade brasileira no mercado de mineração.

"Seu produto irá complementar a produção de Carajás, oferecendo um minério de alto teor de ferro, com baixo contaminantes e custo baixo."

No fim de janeiro, outro marco importante do projeto foi alcançado. O Transportador de Correia de Longa Distância (TCLD), com 9,5 quilômetros de extensão, foi energizado.

A próxima fase será a conclusão do comissionamento (testes para operação) da britagem secundária (local onde os blocos de minério serão reduzidos) e do carregamento no pátio de regularização.

Lucro consolidado da Votorantim mais do que dobra no 1º trimestre

03/06/2016 – Fonte: Inda

Com o primeiro resultado trimestral de todas as suas operações integradas, a Votorantim S.A. divulgou nesta quarta-feira um lucro líquido consolidado de R\$ 144 milhões de janeiro a março, 111% acima do ganho de R\$ 68 milhões obtido no mesmo intervalo de 2015.

Em comunicado ao mercado, o grupo informou que as receitas no exterior compensaram parcialmente o impacto da retração da economia brasileira.

A receita líquida do grupo, que tem operações em vários países, totalizou R\$ 6,7 bilhões nos três primeiros meses do ano, queda de 6% ante igual período do ano passado, quando alcançou R\$ 7,14 bilhões.

“Preparamo-nos para um cenário mais desafiador. Criamos, ao longo do tempo, opções táticas que estamos exercendo na medida do necessário e que nos permitem navegar em mares mais turbulentos”, afirmou, em nota, João Miranda, diretor presidente da Votorantim. “Também mantivemos nossos investimentos, especialmente em projetos que ampliarão nossa capacidade de geração de caixa em moeda estrangeira.”

A companhia apresentou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado de R\$ 845 milhões no trimestre, que representou retração de 40% na comparação com mesmo período de 2015. Com isso, a margem Ebitda recuou 7,1 pontos percentuais, para 12,6%.

De acordo com a empresa, o mercado brasileiro - responsável por 52% da receita líquida - foi impactado pela retração no setor de construção civil e apresentou queda no volume de vendas de cimento e de aços longos. O grupo apontou ainda que outro efeito foi a menor receita com a venda de energia, devido ao preço médio inferior.

Todavia, a empresa ressaltou que houve aumento do preço do zinco, em reais, o que minimizou os efeitos negativos do mercado doméstico sobre a receita líquida.

Em janeiro, a Votorantim anunciou a suspensão temporária das suas operações de níquel, em razão das condições de mercado.

E, em abril, separou o negócio de alumínio, que ganhou operação própria, abrigando o níquel, e a área de zinco e cobre foi organizada em uma nova companhia, a Votorantim Metais Holding, com sede no exterior.

Confiança do pequeno empresário melhora, mas pessimismo persiste

03/06/2016 – Fonte: G1



A confiança dos micro e pequenos empresários aumentou 15,1% em maio na comparação com o mesmo mês de 2015, de acordo com indicador calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

As duas entidades, no entanto, ponderam que o resultado não pode ser considerado tendência de melhora, pois em abril o indicador havia atingido um patamar muito baixo.

No mês passado, o indicador havia caído 12% em relação a março, chegando ao menor patamar em sete meses. Assim, a pontuação atingida em maio foi um retorno à média da série história do primeiro trimestre do ano.

O patamar registrado em maio foi de 42,19 pontos no indicador, ainda abaixo no nível considerado neutro, de 50 pontos, demonstrando que os empresários entrevistados continuam pessimistas com as condições econômicas do país e de seus negócios.

A pesquisa mostra ainda que o indicador que mede a percepção dos empresários sobre as expectativas para o desempenho de duas empresas e a economia brasileira registrou piora em maio.

Entre os empreendedores, 86% consideram que a economia piorou nos últimos seis meses, contra apenas 3,6% que apontaram melhora. Além disso, 61,1% afirmam que os negócios pioraram, enquanto 8,3% dizem ter melhorado.

Com relação às expectativas para o desempenho da economia nos próximos seis meses, 37,3% dos micro e pequenos empresários manifestaram confiança e 33,8%, pessimismo. Sobre os próprios negócios, 51,8% se disseram otimistas e 14,5%, pessimistas

Pedidos de falência aumentam 27% entre janeiro e maio

03/06/2016 – Fonte: G1

Os pedidos de falência cresceram 27,5% entre janeiro e maio na comparação com o mesmo período de 2015, informou nesta quinta-feira (2) a Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito).

Já comparação com maio de 2015, a quantidade de falências subiu 34%. Em relação a abril deste ano, o aumento foi de 9%. No acumulado em 12 meses, a alta foi de 28,3%.

A quantidade de falências decretadas também subiu em maio, com alta de 26,2% em relação ao mês anterior. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, o aumento foi de 13,9% na comparação com o mesmo período de 2015. Em relação a maio do ano passado, o avanço foi ainda mais forte, de 39,2%.

As recuperações judiciais (medida para evitar a falência, pedida quando a empresa perde a capacidade de pagar suas dívidas) também aumentaram.

A quantidade de pedidos de recuperação judicial e as recuperações judiciais deferidas mais que dobrou no acumulado do ano, com aumento de 124,7% e 123,9%, respectivamente.

Em nota, a Boa Vista SCPC apontou que, “com redução das receitas e elevação dos custos, a situação das empresas está cada vez mais difícil neste ano. Os indicadores de solvência mostram que 2016 está ainda mais complexo que o ano anterior, registrando números de falências e recuperações judiciais alarmantes”.

“Sem perspectiva de melhora no cenário macroeconômico capaz de reverter essa situação ainda em 2016, os indicadores devem intensificar a tendência observada ao longo de 2015”, destaca ainda a entidade.

03/06/2016 – Fonte: Jornal do Comércio



O Indicador de Confiança da Micro e Pequena Empresa (ICMPE), calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), oscilou de 37,92 pontos em abril para 42,19 pontos no mês passado. Em maio de 2015, o indicador estava em 36,65 pontos

A despeito da alta em ambas as comparações, o indicador continua em patamar abaixo. O número de maio é o terceiro mais fraco do ano, à frente dos dados de abril e de janeiro (42,03 pontos).

"(O aumento) ainda não pode ser considerado como uma tendência de melhora na confiança dos empresários ou um reflexo direto das mudanças políticas no Brasil, já que em abril o indicador caiu 12% na variação mensal e atingiu o menor patamar em sete meses, com 37,92 pontos", pontuaram a SPC Brasil e a CNDL, em nota.

O dado de maio, ainda de acordo com as entidades, equivale à média do índice registrada no primeiro trimestre, e permanece abaixo dos 50 pontos. De acordo com os critérios do levantamento, números abaixo de 50 pontos sinalizam que os empresários entrevistados continuam pessimistas com as condições econômicas do País e de seus negócios.

O ICMPE é apurado mensalmente, a partir de consultas realizadas nos 10 primeiros dias úteis de cada mês, e engloba micro e pequenos empresários residentes nas 27 capitais e no interior.

CRISE - O levantamento aponta que, para 78,1% dos empresários consultados, a piora no ambiente de negócio ocorreu em função da crise econômica. Para 86% dos empresários, a economia piorou nos últimos seis meses.

O Indicador de Condições Gerais, que avalia a percepção do micro e pequeno empresariado sobre o desempenho de suas empresas e da economia brasileira nos últimos seis meses, caiu de 24,02 pontos em abril para 23,61 pontos em maio.

"Desde o início da série histórica, os micro e pequenos empresários demonstram mais pessimismo com a economia do que com os negócios, e o mesmo ocorreu em maio", afirma em nota a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

A maior parte dos consultados, o equivalente a 61,3% dos micro e pequenos empresários ouvidos, não prevê crescimento de receita para seus negócios. Outros 32,3% dizem acreditar no crescimento das receitas.

"Entre esses empresários, a maioria relativa diz não saber os motivos (para esperar crescimento), justificando com seu próprio otimismo. Outros 30,1% dizem que estão buscando novas estratégias de vendas e 14,7% justificam-se dizendo que estão diversificando seu portfólio e por isso esperam aumento do faturamento", explicam as entidades.

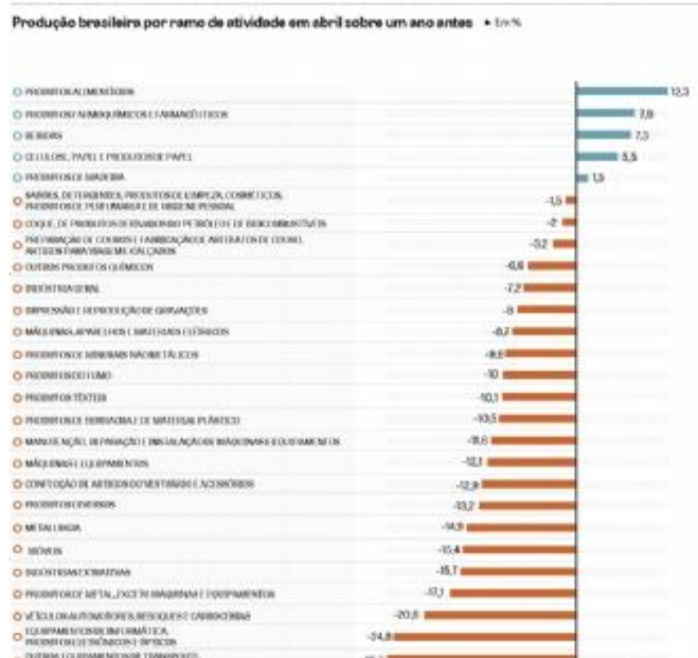
Já o Indicador de Expectativas, que identifica a percepção dos empresários em relação aos próximos seis meses para a economia e para os seus negócios, subiu de 48,36 pontos em abril para 56,12 pontos em maio. Acima, portanto, do patamar de estabilidade de 50 pontos.

"Em termos porcentuais, com relação ao desempenho da economia, 37,3% dos micro e pequenos empresários manifestaram confiança com os próximos seis meses e 33,8% manifestam pessimismo. Tratando-se dos negócios, o percentual de otimistas passa para 51,8% e o de pessimistas passa para 14,5%", informam a SPC Brasil e a CNDL.

Alta da atividade industrial ainda não anula retração dos meses anteriores

03/06/2016 – Fonte: DCI

Alta da atividade industrial ainda não anula retração dos meses anteriores
Apesar do avanço de 0,1% em abril, seguido da alta de 1,4% em março, na comparação com o quarto mês do ano passado, a produção manufatureira registra uma queda de 7,2%, revela IBGE



A expansão de 0,1% da produção industrial em abril ante março ainda não pode ser comemorada. É que na comparação com abril de 2015 a atividade recuou 7,2%, conforme a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na base anual, todas as categorias registraram queda: Bens de Capital (-16,5%), Bens Intermediários (-7,5%) e Bens de Consumo (-4%).

Segundo o gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo, a discreta melhora em março (+1,4%) e abril (+0,1%) ainda está muito concentrada em poucos ramos, o que não anula as quedas anteriores.

"É o segundo resultado positivo na sequência, algo que não era observado desde julho e agosto de 2014. Mas o ganho acumulado nesses dois meses não suplanta a perda, por exemplo, registrada em fevereiro de 2,9%. Tão pouco vai recuperar as baixas do final de 2015", disse ele.

No confronto anual apenas as fabricantes de alimentos, bebidas, medicamentos e produtos de papel, celulose e madeira registraram alta.

Na opinião do gerente do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Guilherme Moreira, a retomada do crescimento industrial depende das exportações, como já ocorre no setor de celulose e papel, e da retomada do mercado interno, com a volta da confiança e do consumo no País.

"Fator primordial é a retomada do consumo das famílias, e isso tem a ver com a falta de confiança que se instalou na economia brasileira. Torcemos que a confiança volte com as mudanças na condução da economia", disse.

Regional

No maior parque industrial do País, São Paulo, a atividade ficou estável de março para abril, apontam dados (com ajuste sazonal) da Fiesp. O Indicador de Nível de Atividade (INA) de março foi revisado para uma queda de 1,3% em relação a fevereiro deste ano.

Segundo a Fiesp, ao desconsiderar a sazonalidade, o INA avançou 1,2% de março para abril. Apesar do aumento mensal, ainda não é tempo de comemoração, avalia Moreira.

"É preciso ter muita cautela na análise dos dados, mas nossa esperança é que o INA pare de cair e comece a caminhar para uma estabilização, mas ainda não há dados suficientes para afirmar que seja um processo de retomada", explica ele.

Na comparação com igual mês do ano passado houve, sem ajuste, recuo de 8,1%. No ano, o índice acumula uma queda de 10,5%.

Recessão que se instalou na indústria prossegue e reflete no emprego, diz CNI

03/06/2016 – Fonte: DCI

O gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, afirmou nesta quinta-feira, 2, que os dados do indicador industrial divulgados nesta mesma data mostram que a recessão instalada no setor prossegue e reflete no emprego. De acordo com a entidade, o nível do emprego recuou em abril ao patamar de 2006.

"Se chegamos ao fundo do poço, esse fundo é bem fundo", disse, afirmando que muito esforço será exigido para que a economia saia dessa situação. Ele ressaltou que a queda de 5,4% no PIB do trimestre, comparado com o mesmo período de 2015, precisa ser analisada por componentes separados.

Enquanto o setor externo contribuiu positivamente com 4,8% para o resultado divulgado na quarta-feira pelo IBGE, a demanda doméstica teve impacto negativo de 10,2%.

"A parte doméstica da economia continua com sérios problemas de reativação", disse.

Para Castello Branco, o alto nível de ociosidade do parque fabril mostra que a indústria tem grande capacidade de ampliar a produção sem precisar fazer investimento. "Isso significa que os investimentos devem demorar a reagir", afirmou.

O economista ressaltou ainda que a alta de 1,6% no rendimento médio real do trabalhador em abril ante mesmo mês de 2015 - ao mesmo tempo que o faturamento da indústria caiu 9,9% - indica que há uma pressão de custos no setor industrial, o que prejudica a produtividade.

O gerente criticou o reajuste salarial de servidores públicos aprovado ontem pela Câmara com o aval do Palácio do Planalto.

"O aumento do funcionalismo público não é um sinal positivo. O setor privado está dando sua cota de sacrifício. Como no setor público não tem ajuste pelo lado do emprego, tem que ser pelo lado do total do gasto com a folha salarial", disse.

Metalsider firma-se como um complexo integrado

03/06/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A Metalsider Ltda foi fundada em 1984 e, de lá para cá, passou de uma simples fabricante de ferro-gusa para um complexo industrial integrado, com cerca de 1,5 mil funcionários.

Sediada em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a empresa se transformou em uma das maiores indústrias de ferro-gusa do País, com áreas de reflorestamento capazes de suprir 100% da demanda própria por carvão vegetal, com usina termelétrica e ainda com uma fábrica de peças automotivas fundidas em ferro, o que verticaliza a produção dentro de um mesmo complexo.

"Começamos em 1984, inicialmente fazendo ferro-gusa com uma produção pequena. Gradativamente aumentamos a capacidade, chegando hoje a 800 mil toneladas por ano. São 1,5 mil funcionários distribuídos entre o complexo industrial em Betim e na atividade agrícola de silvicultura", conta o sócio-fundador da empresa, Bruno Melo Lima.

Operando a 85% da capacidade máxima, Lima conta que devido à retração do mercado interno, as exportações da empresa saíram de um patamar de 20% a 25% da produção há alguns anos para 50% atualmente.

"O mercado interno encolheu e estabilizou em um nível menor. Com a alavancagem do dólar, as exportações passaram a absorver parte expressiva da produção do setor e da Metalsider", afirmou.

De acordo com o industrial, ao exportar, a empresa naturalmente só consegue um bom resultado se o produto for de qualidade, o que também favorece as vendas domésticas.

"Estimular as exportações também estimula o mercado interno porque, na medida em que a empresa se prepara para atender o mercado externo, ela também está apta para oferecer um produto melhor internamente", argumentou.

Lima explicou ainda que as áreas de reflorestamento da empresa são capazes de suprir 100% da demanda própria por carvão vegetal, principal insumo utilizado para a fabricação do ferro-gusa.

Além disso, no complexo industrial de Betim, a empresa tem uma usina termoelétrica capaz de gerar energia a partir dos gases emitidos nos altos-fornos usados para fazer o gusa, o que, segundo o industrial, ajuda a reduzir custos com energia.

Em janeiro deste ano, mesmo diante de um cenário interno complicado, a Metalsider inaugurou uma nova fábrica dentro do complexo de Betim. Apesar de não revelar o valor do investimento, Lima detalhou que a plataforma "é moderna e de última geração".

"Com equipamentos que usam tecnologia de ponta, a planta é capaz de produzir peças de ferro fundido para a mais exigente indústria automotiva", disse. Segundo Lima, as vantagens competitivas geradas pelo fato da nova planta estar dentro do mesmo

complexo da fábrica de gusa são grandes, entre elas, a redução do custo com transporte de material. Além disso, a projeção é que o investimento proporcione um aumento de 30% da receita total da empresa já este ano.

Sobre o momento complicado que o País atravessa, tanto no aspecto político quanto no econômico, Lima comemorou os sinais de que o governo interino deve dar atenção grande para as exportações. "Penso que nenhum País pode estar fora do mercado externo, que é um vetor de implementação de tecnologia e inovação", analisou.

Inovação e gamificação do processo de trabalho ganham espaço nas empresas

03/06/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A crise agravou o cenário econômico brasileiro e fez empresas procurarem novas formas de atrair investimentos e manter o máximo de rendimento possível com o mínimo de funcionários, a fim de diminuir as despesas.

Os principais focos de projetos de inovação têm sido relacionados a aumentar a vantagem competitiva, por meio de novos produtos e serviços, além da digitalização dos canais de comunicação com o cliente.

Outra estratégia utilizada é a mudança dos processos internos das organizações, transformando a cultura e sua infraestrutura, de modo que elas têm se focado em melhorar a qualidade de vida dos seus funcionários. Isso passou a garantir melhor desempenho, mantendo bons funcionários trabalhando no auge da sua capacidade.

Dentro dessas estratégias, a Salpinx utiliza a gamificação do processo de trabalho, produzindo uma plataforma que ajuda a implantar o processo na empresa, levando-a a obter níveis efetivos.

A gamificação nas empresas foi colocada em prática a partir da inserção da geração daqueles nascidos entre 1977 e 2000 no mercado de trabalho, que possuem uma maneira diferente de lidar com a tecnologia.

A técnica começou a se difundir pelo Brasil recentemente e já é empregada em diversas áreas profissionais, como nas áreas de TI, educação e saúde. O processo consiste na conquista de objetivos individuais destinados aos colaboradores em forma de metas e missões.

Dessa forma, objetivos coletivos que envolvem a empresa como um todo serão alcançados, sendo refletidos na atmosfera do ambiente e nos resultados gerais da organização.

Isso ocorre devido à sensação de pertencimento a uma equipe, já que o funcionário percebe que para o sucesso da organização acontecer é necessário que ele também tenha sucesso. Aos poucos, a sugestão de mudanças deixará de ser um processo ruim para o funcionário para se tornar natural.

A gamificação do processo de trabalho cria um envolvimento e uma relação mais próxima entre a empresa e seus funcionários. Pesquisas realizadas pelo IEEE (Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos) mostraram que daqui a quatro anos 85% da nossa rotina de trabalho serão baseadas nos diversos elementos encontrados em jogos, como pontos e recompensas.

Nos jogos as funções são planejadas de forma divertida e com objetivos bem delimitados, com um feedback constante. Na gamificação do trabalho é isso que ocorre, ela muda o cenário de trabalho, tornando-o mais divertido e agradável. Os objetivos são colocados em forma de metas e missões, incentivando o uso de

recompensas, a presença de feedbacks constantes e conquista de status, engajando os participantes.

Transformar o trabalho chato e árduo em uma diversão produtiva e alavancar os resultados da empresa tornaram-se uma prioridade no cenário atual brasileiro. Dessa forma, a utilização de ferramentas, como a Salpinx, auxilia na mudança e melhoria da qualidade de vida dos funcionários, melhorando o seu desempenho.

Brasil só reverterá déficit de saneamento se ampliar recursos e melhorar gestão das empresas

03/06/2016 – Fonte: CNI

Investimentos privados são essenciais: companhias administradas pelo setor empresarial têm melhor qualidade de serviço. Confira na 3ª reportagem da série especial sobre modernização da infraestrutura

Com uma média de eficiência maior que a das companhias públicas, as empresas privadas de saneamento têm despontado como um dos caminhos mais viáveis para que o Brasil reverta o quadro de atraso na prestação de serviços de água e esgoto.

Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o aumento da participação privada é imprescindível para a universalização da coleta e do tratamento do esgoto, e para o abastecimento de água.

“Na infraestrutura brasileira, o setor com maior déficit de atendimento e maiores desafios é o de saneamento.

A iniciativa privada tem muito a contribuir para a expansão dos serviços, com investimentos e modelos eficientes de gestão”, destaca a diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg.

Algumas companhias de saneamento operadas pela iniciativa privada têm se destacado, alcançando índices expressivos de eficiência.

A do município de Limeira (SP), por exemplo, foi concedida em 1995 ao capital privado e já atingiu a meta de 100% de tratamento e coleta de esgoto.

Já a empresa de Niterói (RJ) passou a ser operada pela iniciativa privada em 1999, quando a cidade apresentava índice de 67% na coleta de esgoto e 36% no nível de perdas de água.

Em 2014, a coleta chegou a 94,9% da população e as perdas foram reduzidas para 22,1%, patamar abaixo da média nacional, que é de 36,7%.

O município de Campo Grande (MS), por sua vez, concedeu a companhia de saneamento para o setor privado em 2000. Naquele ano, a coleta de esgoto era de 36%, alcançando, em 2014 a 54,9%.

Já as perdas de água recuaram de 57% para 28,5%. Outro exemplo é Cachoeiro do Itapemirim (ES), onde a concessão foi efetivada em 1998, quando o índice de tratamento de esgoto era inferior a 10%.

Em 2014, 75% do esgoto era coletado, sendo mais de 98% tratado. As perdas de água da cidade capixaba são de apenas 12,6%.

Município	Atendimento de água (%)	Coleta de esgoto (%)	Tratamento do esgoto coletado (%)	Índice de perdas
Limeira/SP	97,0	100,0	100,0	14,1
Cachoeiro do Itapemirim/ES	97,4	75,0	98,3	12,6
Niterói/RJ	100,0	94,9	100,0	22,1
Campo Grande/MS	97,7	54,9	100,0	28,5
Média Brasil	83,0	49,8	70,9	36,7

Atualmente, no Brasil, 95% das empresas de água e esgoto são controladas pelos municípios ou estados.

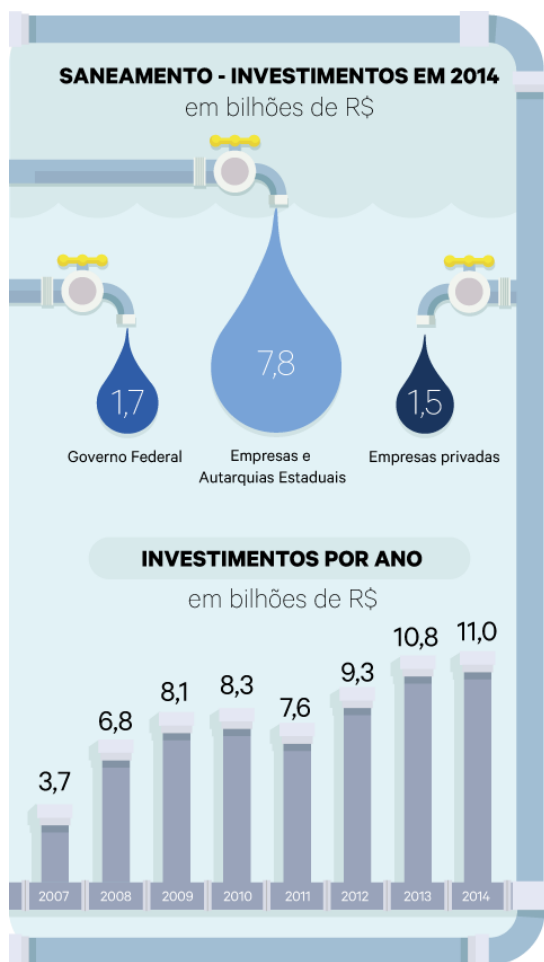
Um levantamento realizado pela CNI, com base em ranking do Instituto Trata Brasil, mostra que as companhias privadas de saneamento apresentam índice de qualidade na prestação do serviço 10% superior às públicas – o cálculo leva em conta o nível e a evolução de cobertura, e a taxa de perdas de água.

Na análise, verifica-se que, na maioria dos casos, o desempenho das cidades atendidas por prestadoras privadas de serviços de água e esgoto é melhor que o das públicas.

A ampliação da participação privada nos serviços de saneamento é uma das 36 propostas prioritárias entregues pela CNI ao presidente em exercício Michel Temer, com sugestões para o Brasil sair da crise. No documento, a CNI enfatiza que a lenta expansão das redes e a baixa qualidade na prestação dos serviços têm trazido prejuízos diversos para a saúde da população, para o meio ambiente e para o setor produtivo.

Mônica Messenberg observa que há casos recentes de municípios que aprovaram projetos de concessão do serviço de saneamento básico. Segundo ela, apesar da situação adversa da economia, há grupos nacionais e estrangeiros dispostos a ingressar nesse mercado no Brasil.

“Esse é o momento para conceder ao setor privado as companhias passíveis de privatização. A expansão do saneamento representa ganhos diretos na saúde da população e também é benéfica para o desenvolvimento industrial, pois o aumento da cobertura traz oportunidades para indústrias que vendem produtos e prestam serviços para os segmentos de água e esgoto, como construção civil, produtos químicos, plástico, aço, máquinas e equipamentos”, enfatiza a diretora de Relações Institucionais da CNI.



DIAGNÓSTICO - De acordo com os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referentes a 2014, o índice de coleta de esgoto no país não passa de 50%. Já as perdas de água pelas companhias de saneamento chegam a 36,7%, o que significa que mais de um terço da água distribuída não chega ao consumidor.

Entre as razões para tal ineficiência estão o uso de equipamentos obsoletos, a falta de manutenção das redes e os chamados "gatos". Tal situação representa menos investimento nos serviços de saneamento, uma vez que para cada R\$ 100 de água produzida apenas R\$ 63 são faturados pelas companhias.

Recente estudo da CNI aponta que, com o ritmo atual de investimentos, o Brasil atingirá a meta de universalização dos serviços de saneamento somente em 2054, um atraso de 21 anos em relação ao estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Na avaliação do economista Gesner Oliveira, a busca por universalizar o saneamento no país deve ser encarada como prioritária pelo governo do presidente interino Michel Temer. Para ele, o lançamento do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é um sinal de que o Poder Executivo tende a dar atenção ao desenvolvimento da infraestrutura.

Gesner Oliveira enumera como medidas urgentes para o setor de saneamento o salto nos investimentos, além de melhorias no planejamento de projetos, na gestão das empresas e na qualidade regulatória. "Uma boa regulação diminui o risco e estimula investimentos.

Já a melhora na gestão pode ocorrer tanto em empresas privadas quanto nas públicas, embora haja muitas estatais que funcionariam melhor nas mãos da iniciativa privada",

destaca. "Em média, as empresas privadas têm apresentado maior qualidade. Mas isso não quer dizer que não haja boas companhias públicas", completa.

Embora a ampla maioria das companhias no país seja pública, o especialista em saneamento alerta que o setor produtivo tem aumentado sua participação nas gestões dos serviços de água e esgoto, por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs). "Tenho observado um interesse crescente do investimento em saneamento, há grupos importantes entrando nesse mercado", diz Gesner Oliveira.

Benefícios da participação privada no setor de saneamento

- Expansão do leque de possibilidade de investimentos, diante da tendência de redução da disponibilidade de recursos públicos;
- Aumento dos investimentos no setor;
- Aumento da eficiência na prestação dos serviços.

ATRASO HISTÓRICO - O presidente do Trata Brasil, Édison Carlos, acredita que o aumento da participação privada no setor de saneamento seja uma das saídas para a reversão do que classifica de "atraso histórico".

"Ser operado pela iniciativa privada não é garantia de que o serviço vai ser melhor, mas, como no DNA do setor privado está a eficiência, o cumprimento de metas e de indicadores, além de haver a cobrança interna por ter que gerar dividendos para seus acionistas e proprietários, este setor acaba trazendo uma noção mais avançada de gestão e de qualidade", opina.

Para Carlos, em um primeiro momento deve-se priorizar modelos como as PPPs. "A concessão funciona muito bem, mas para vencer a resistência do setor público talvez o primeiro caminho seja o da parceria", sugere.

O presidente do Trata Brasil acrescenta que o caminho para a universalização dos serviços passa pelo incentivo à regionalização do saneamento, de forma que as decisões sejam tomadas por grupos de municípios, em uma espécie de consórcio.

"Ficou provado que a maior parte dos municípios não tem capacidade nenhuma de formular projetos, o que é condição básica para conseguir recursos do governo federal. Temos hoje uma carência grande de projetos bem feitos nos municípios médios e pequenos."

INVESTIMENTOS – Entre 2007 e 2014, o país investiu em média R\$ 8,2 bilhões por ano no setor de saneamento, conforme levantamento da CNI baseado em dados públicos e privados.

Em 2014, a cifra chegou a R\$ 11 bilhões, com ampla maioria de recursos proveniente de empresas e autarquias estaduais ou municipais (veja arte). Para Gesner de Oliveira, o Brasil só atingirá a meta de universalizar os serviços de saneamento na década de 2030 se ampliar os recursos destinados ao setor para o patamar de R\$ 16 bilhões anuais.

A diretora da CNI Mônica Messenberg alerta que o quadro atual requer não só a ampliação dos investimentos como a simplificação pelo Poder Público dos procedimentos para a liberação de recursos no setor de saneamento.

Levantamento realizado pela CNI em 2014 apontou que a redução da burocracia na análise de projetos pode acelerar a execução das obras de distribuição de água e

coleta/tratamento de esgoto. O estudo revelou que a eliminação de processos redundantes para o acesso a financiamento de órgãos do governo federal tem potencial para reduzir de 22 para 13 meses o prazo entre a apresentação de um projeto e o início do empreendimento.

Mais de mil Pessoas Físicas são intimadas por compras de mercadorias com CPF sem recolhimento do ICMS

03/06/2016 – Fonte: Portal Contábil

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) do Estado do Maranhão intimou as primeiras 1.110 pessoas físicas que compraram R\$ 330,6 milhões em mercadorias com o próprio CPF, nos últimos cinco anos, com intuito comercial e não para o consumo, sem com isso recolher R\$ 9,6 milhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido nessas operações de comercialização.

Na intimação fiscal foi concedido prazo de 20 dias para que as pessoas se manifestem protocolando nas agências da Sefaz documentação para contestar o débito ou recolher o ICMS devido, apenas atualizado, sem a multa pela infração fiscal.

A medida foi a primeira consequência de uma operação conjunta da Secretaria da Fazenda e da Receita Federal do Brasil para recuperar os impostos não pagos em operações de compras interestaduais de mercadorias realizadas por pessoas físicas.

A operação teve início após a produção de um relatório pela Sefaz com base no banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica da Receita Federal.

No relatório foram identificadas que no período de 2011 a 2015 mais de 24 mil pessoas físicas do Estado do Maranhão, compraram R\$ 2,2 bilhões em mercadorias de outros estados da federação, utilizando o CPF.

Segundo o secretário Marcellus Ribeiro Alves, a lista produzida pelo relatório passou por vários filtros antes de definir os CPF's que seriam intimados por tentativa de burlar a cobrança do ICMS e dos tributos federais.

Um dos CPF's identificados adquiriu mais de R\$ 6 milhões de mercadorias em diversas operações. Nesses casos, em que ficaram configuradas a habitualidade e o intuito comercial das compras, as pessoas são intimadas a recolher o ICMS pela comercialização irregular destas mercadorias ou aquisições de bens.

Quem não se manifestar, ou recolher o ICMS no prazo concedido, receberá o auto de infração com o acréscimo da multa por infração de 50% do valor do imposto e será inscrito em dívida ativa para execução judicial do débito do tributo.

Após mais de 2 anos de existência, Lei Anticorrupção só puniu uma microempresa

03/06/2016 – Fonte: Portal Contábil



Quase dois anos e meio após entrar em vigor, a Lei Anticorrupção — que trouxe penas mais duras a pessoas jurídicas resultou apenas em uma multa de R\$ 6.000 a uma microempresa no país. O dado consta no Cadastro Nacional de Empresas

Punidas, criado para ser abastecido por União, Estados e municípios com as sanções aplicadas a empreendimentos.

Segundo o cadastro, apenas a empresa Willian de Andrade Bullerjanh-ME, de Cariacica (ES), foi punida. A sigla ME significa microempresa, segmento que inclui empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil. Ela foi multada no último mês de janeiro pela Secretaria de Controle e Transparência do Espírito Santo por "perturbar licitação".

Ao UOL, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (ex-Controladoria-Geral da União) –responsável pela manutenção do cadastro– confirmou que os dados disponibilizados no sistema estão atualizados. Segundo o órgão, na esfera federal, existem hoje em curso 30 processos administrativos de responsabilização de empresas com base na Lei Anticorrupção.

"A expectativa do MTFC/CGU é que, com a maior difusão da norma e do cadastro no cenário nacional e o resultado de processos de responsabilização, que estão em andamento nos diversos órgãos e entidades públicos, o número de empresas divulgado no CNEP aumente substancialmente nos próximos meses", informou a pasta.

O ministério informou que tem oferecido apoio a gestores para que ponham em prática a lei e assim punam e incluam mais empresa no cadastro. "Para isso, tem realizado interlocução com agentes públicos em diferentes esferas de governo, treinamentos para servidores estaduais e municipais, bem como participação em eventos relacionados ao tema", completou.

Mesmo com a escassez de punições, o órgão ressalta que as empresas continuam sendo punidas com base em outras leis, como a das Licitações e do Pregão, entre outras.

Empresa retardou execução do serviço

A única empresa punida até agora, a Willian de Andrade Bullerjanh-ME surgiu em maio de 2013 em Cariacica, na Grande Vitória (ES).. Segundo o secretário de Estado de Controle e Transparência, Eugênio Ricas, a multa foi aplicada na empresa por "perturbar licitação".

"Após se sagrar vencedora em diversas licitações na modalidade de pregão eletrônico, a empresa não respondeu ao chamamento público para apresentar a documentação necessária à sua habilitação e, fosse o caso, assinar o respectivo contrato. Isso retardou a formalização do contrato e, conseqüentemente, a execução do serviço que o Estado pretendia contratar", informou.

O UOL tentou contato com a empresa desde quarta-feira (25), mas o telefone informado não completou nenhuma das ligações. Um e-mail foi mandado ao contato do responsável, mas o endereço também se encontra com problema. A empresa não possui nenhum outro contato na Junta Comercial nem tem perfil em redes sociais ou site oficial.

Além da primeira multa do país, o secretário disse que outra já foi aplicada e deve ser publicada em nos próximos dias. "Já temos esse outro processo que resultou em uma multa de R\$ 719 mil. Essa foi a uma empresa do ramo de fornecimento de câmara de videomonitoramento, do Mato Grosso. Nesse caso, eu estava em outra secretaria, e o representante da empresa ofereceu propina e foi preso em flagrante", contou.

Ricas alega que uma das ferramentas responsáveis pela ação anticorrupção no Estado se deveu à criação de uma "subsecretaria de integridade governamental e empresarial", que ficou responsável pela adoção das medidas propostas pela nova lei.

“A partir daí, toda denúncia de linha de corrupção passou a ser encaminhada a ela, que faz uma análise em primeiro plano e, se comprovado algum indício, é instaurado um processo”, contou.

Lei sozinha não adianta

Segundo o professor de direito empresarial e advogado Giovani Ribeiro Rodrigues Alves, a quase inexistência de condenações até o momento não quer dizer que a lei “não pegou ou não pegará”.

“A Lei Anticorrupção pode ter tido uma ótima intenção com seus princípios, disposições e penas, mas de nada adianta se a realidade prática não absorver tal intenção. Uma lei, sozinha, é insuficiente para corrigir um problema tão generalizado. Junto com a lei devem ser criados programas de conscientização para toda a população, desde as etapas iniciais do processo de formação intelectual”, disse.

Alves aponta dos fatores para justificar o pouco número de empresas punidas.

“Um: os atos de corrupção não são fáceis de identificar, em regra. Portanto é preciso fornecer condições estruturais aos órgãos de fiscalização para que consigam efetivamente apurar. Apenas dessa maneira será possível obter investigações profundas que tragam condições para o devido julgamento.

Dois: a inexistência de condenações até o momento também pode ser atribuída ao fato de o Poder Judiciário ainda não ter a estrutura necessária para que possa dar celeridade aos processos e aos julgamentos de ações e recursos”, afirmou.

O que diz a lei

A Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, foi sancionada em agosto de 2013 e entrou em vigor em janeiro de 2014 e foi regulamentada no dia em março de 2015. À época, a lei foi elogiada por juristas, que comemoraram a sanção da presidente Dilma Rousseff, mas já ressaltavam que o texto aprovado era “confuso”.

Foi a lei, por exemplo, que garantiu os acordos de leniência, que reduzem punições a empresas que cooperem em investigações.

Além deles, houve a adoção da responsabilidade objetiva (empresas podem ser responsabilizadas em casos de corrupção, independentemente da comprovação de culpa), penas mais rígidas (com multas de até 20% do faturamento bruto anual) e maior abrangência na aplicação (servindo para governos municipais, estaduais e federal).

'Somos todos ciborgues', diz fundador da Tesla

03/06/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O bilionário do Vale do Silício Elon Musk é conhecido pelas ideias excêntricas sobre o futuro da tecnologia. Além de ter sido um dos fundadores da plataforma de meios de pagamento PayPal, Musk fundou a Tesla, montadora de carros elétricos, e lidera a SpaceX, empresa de transporte espacial.

Ontem, durante a conferência Code – promovida pela Vox Media nos EUA –, ele mais uma vez mostrou sua visão ambiciosa sobre o poder das novas tecnologias para a humanidade.

“Somos todos ciborgues”, disse o executivo. “Você já possui uma versão digital de si mesmo, uma versão parcial de você que está online na forma de e-mails, perfis em redes sociais e de todas as coisas que você faz na web. Nós já temos superpoderes.”

De acordo com Musk, a próxima barreira que deve ser superada será o envio e recebimento de dados a partir da internet. Para ele, em vez de usar teclados ou microfones para digitar ou mesmo dizer comandos, será preciso uma ligação “simbiótica” entre humanos e máquinas.

Os avanços no campo de inteligência artificial, segundo Musk, também devem mudar a forma como os humanos se relacionam com a tecnologia. “Ficaremos muito para trás”, afirmou Musk durante a conferência. “Seremos como animais de estimação.”

Videogames. Outra declaração do executivo durante a Code Conference também gerou polêmica. Para o executivo, é possível que a existência humana seja fruto de uma simulação, controlada por uma civilização mais avançada.

Ele usou a evolução dos jogos de videogame para explicar as razões por trás de sua hipótese. “Nós estamos claramente em uma trajetória em que os games vão se tornar impossíveis de distinguir da realidade”, disse o executivo.

Espaço. Durante o evento, o executivo disse que acredita que os humanos vão viver em vários planetas no futuro. Ele afirma que será possível lançar um foguete para Marte em 2018 e que o transporte de passageiros para o planeta se tornará viável na próxima década.

Entre os empecilhos para a viagem interplanetária, Musk citou o espaço interno da cabine da Dragon II, nave espacial criada pela SpaceX. Outro fator é a incapacidade da nave de retornar à Terra após uma viagem ao espaço.

Cinco sinais de que economia começou a melhorar

03/06/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O resultado do PIB do primeiro trimestre veio negativo, uma queda de 0,3% em relação ao quarto trimestre de 2015. Mas é melhor do que o esperado pelo mercado e pode indicar que a economia vai se estabilizar entre o segundo e o terceiro trimestres. Alguns indicadores antecedentes, usados por economistas para avaliar a atividade econômica antes de o IBGE divulgar o PIB, apontam de forma sutil na mesma direção.

A confiança de setores empresariais está melhorando, o consumo de insumos voltou a crescer e até o ritmo de redução do emprego formal perdeu força em abril. Se essa melhora se confirmar nos próximos meses, é provável que o Brasil deixe o estado de

recessão até o fim do ano. Uma recuperação mais rápida, porém, dependeria de medidas de ajuste fiscal que o governo ainda precisa apresentar.

Veja abaixo cinco indicadores que apontam para uma melhora na economia:

Consumo de energia

O consumo de energia elétrica cresceu 1,4% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado. É a primeira expansão nessa base de comparação desde fevereiro de 2015. É verdade que o dado foi influenciado pelo clima mais quente e pelo consumo residencial. Mas houve também crescimento no consumo comercial (1,7%). Na classe industrial, ainda há queda, de 4,8%. A retração, no entanto, não ocorreu em todos os setores: fabricantes de alimentos e de papel e celulose aumentaram o consumo.

Papelão ondulado

O consumo de papelão ondulado, insumo industrial que é um termômetro das vendas do setor, cresceu 0,48% em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado. É uma variação pequena, que ainda precisa se consolidar nos próximos meses.

Confiança

Desde o início do ano os índices de confiança vêm apresentando uma pequena melhora. Em maio, na comparação com abril, o Índice de Confiança da Indústria, medido pela FGV, cresceu 1,7 ponto, atingindo o maior nível desde março de 2015: 79,2 pontos. O Índice de Confiança de Serviços, também da FGV, subiu 1,2 ponto na mesma comparação, para 70,5 pontos. É o melhor desde julho de 2015.

Exportações

A balança comercial registrou em maio o maior superávit mensal da história: US\$ 6,4 bilhões. O volume de exportações em dólares ainda não cresce – houve uma queda em maio de 0,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado – mas avança em volume, com alta de quase 10% no mês.

Isso significa que as empresas brasileiras tiveram de adequar seus preços em dólares para ganhar mercado no exterior. Há dados positivos, como o crescimento nas exportações de automóveis e no número de empresas que fecharam negócios no exterior.

Emprego

O mercado de trabalho continua indo mal, mas em abril houve um sinal positivo: o número de fechamento de vagas foi o menor em 13 meses. Foram 62 mil postos de trabalho a menos no mês.

Em abril do ano passado, foram 97 mil empregos fechados. Os números de maio podem confirmar essa melhora no mercado de trabalho.

Artigo: Luz no fundo do poço do túnel

03/06/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

"O MÁXIMO que se pode dizer é que há sinais esparsos de que as coisas estão piorando mais devagar. Algumas das boas notícias não convencem... Mesmo quando o pior passar, não terá passado. O desemprego ainda continuou a crescer por um ano e meio depois do fim oficial da recessão..."

Isto era Paul Krugman, o Nobel de Economia, escrevendo em abril de 2009 sobre a recessão que ainda devastava os EUA. Na superfície, as frases lembram o nosso caso de agora.

Lá nos EUA, otimistas viam então "brotos verdes", primavera econômica. Aqui, ainda tentamos enxergar se sobrou algo da plantação depois de uma praga de gafanhotos seguida de queimada e geada. Ainda está geando. Menos.

A nossa conversa sobre a luz de vela no fundo do poço do túnel adveio da melhora tímida da confiança econômica em maio, do resultado do PIB menos depressivo do que o esperado (nesta quarta) e de piscadelas de vida da indústria, ainda em coma (nesta quinta).

Uma surpresa positiva foi o investimento (em novas instalações produtivas, equipamentos e construções). Caiu menos do que o esperado nas contas do PIB. Além do mais, nas contas da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) cresce desde janeiro.

Parecem "brotos verdes". Não é isso. Melhor que nada, de qualquer modo.

Nesta crise, a indústria de bens de capital desceu ao mais profundo dos infernos em pelo menos 13 anos e, provavelmente, dos últimos 20 anos, a julgar por indicadores indiretos.

O nível de produção atual é 28% menor que o de abril de 2015. Até março, o consumo doméstico de bens de capital (produção local menos exportações, mais importações) ainda caía mais 27%, em um ano. A despiora do setor parece vir do aumento discreto das vendas no exterior, desde janeiro.

Em suma, o investimento apenas está caindo mais devagar. Melhor que nada, de qualquer modo.

Não haverá convalescença sem novos projetos de investimento. O setor privado estará na retranca por um bom tempo, ainda mais se o tempo voltar a fechar na política. O governo terá de ir ao ataque:

- 1) Destravando já concessões para investimentos em infraestrutura (que só devem vir em 2017 e olhe lá);
- 2) Limpando sujeira e ruínas de Petrobras, construção civil e setor elétrico;
- 3) Arrumando as normas que regulam setores que vão de teles e até, em escala menor, mineração, onde há algum dinheiro para investir, parado por falta de definições;
- 4) Dando um jeito na política econômica, fiscal, a fim de baixar juros o quanto antes.
- 5) Quanto à recuperação pelo consumo, a produção industrial vai depender de um cabo de guerra. De um lado, estão crédito e renda, caindo ainda em ritmo acelerado; de outro, estaria a confiança de voltar a comprar por parte de quem ainda tem algum (dinheiro e emprego).

Há, sim, otimismo. Os economistas do Bradesco escreveram assim, em comentário sobre o resultado da indústria:

"Após a surpresa positiva com o resultado do PIB do primeiro trimestre, os dados da Pesquisa Industrial Mensal de abril reforçam nossa expectativa de estabilização da economia no segundo trimestre. Os sinais começaram a aparecer de forma mais consistente desde fevereiro e março deste ano".

BMW reestrutura divisão de veículos elétricos e mira autônomos

03/06/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A BMW transformou sua divisão "i" num centro de desenvolvimento para carros autônomos, uma grande mudança estratégica para a unidade que anteriormente focava a fabricação de uma linha de veículos elétricos leves.

Enquanto o Model 3, da Tesla chegará às concessionárias em 2017 e as rivais Porsche e Audi trabalham em carros totalmente elétricos para lançamento até 2019, a BMW parece ter colocado tais veículos em banho-maria. Seu próximo carro totalmente elétrico não estará pronto até 2021.

A empresa mudou de direção após seu único carro completamente movido a bateria, o BMW i3, não ter atraído a atenção do público, com apenas 25 mil vendidos em 2015.

Em comparação, a Tesla já recebeu mais de 370 mil pedidos para seu Model 3.

Agora, em vez de tentar competir com Tesla e Porsche com uma nova limousine esportiva livre de emissões nos próximos dois anos, seu foco será o desenvolvimento de um carro elétrico com a próxima geração de tecnologia: a direção autônoma.

Em entrevista em Munique, o membro do conselho da BMW Klaus Froehlich, responsável pelo desenvolvimento, disse que relançou a divisão em abril como unidade dedicada à produção de carros autônomos.

Bens duráveis são destaque negativo no passado recente da indústria, diz IBGE

03/06/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Diante da aparente recuperação da produção de bens de capital, ainda que incerta e difusa, os bens de consumo duráveis viraram o destaque negativo no desempenho da indústria.

O crédito mais caro e restrito, a inflação elevada, a queda na renda e a deterioração no emprego permanecem inibindo o consumo dos bens duráveis, apontou o gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), André Macedo.

"Os bens de consumo duráveis são o grande destaque negativo quando a gente considera esse passado recente da indústria", definiu Macedo.

Os bens de consumo duráveis acumularam perda de 13,7% nos últimos quatro meses, após a alta de 7,8% registrada em dezembro ante novembro. Automóveis, eletrodomésticos, motocicletas e móveis são alguns dos produtos com retração na produção. "São exemplos de itens que permanecem com comportamento negativo", pontuou Macedo.

"A redução na produção de automóveis é algo importante a ser considerado na formação desse resultado. A atividade permanece com reduções de jornadas de trabalho, corte de postos de trabalho, lay-off. Enfim, permanece uma tentativa de adequar seu nível de produção para ajustar seus estoques", afirmou o gerente do IBGE.

No caso de bens de capital, a categoria acumula avanço de 7,7% na produção nos últimos quatro meses, mas vem de uma perda de 12,9% de outubro a dezembro de 2015.

Segundo Macedo, não há um produto ou atividade que tenha registrado retomada para justificar esses quatro meses consecutivos de resultados positivos da categoria em 2016. Em cada mês, um item diferente se destacou com avanço na produção, entre eles caminhões, bens de capital para o setor elétrico, máquinas e equipamentos.

"Para cada mês especificamente tinha uma razão para bens de capital terem crescido, além da base de comparação ser muito baixa", notou Macedo.

"Não há ainda retomada consistente dos investimentos. Pode ter relação com a melhora no nível de expectativas dos empresários, embora ainda esteja muito aquém de pontos importantes da série histórica. Há melhora porque a base de comparação é muito ruim", acrescentou.

O pesquisador disse que houve registro de algumas unidades produtivas atribuindo ao mercado externo uma melhora na produção, mas de forma pontual e sem força suficiente para justificar reversão na tendência de queda da indústria como um todo.

"Ante 2016, bens de capital permanece com queda de dois dígitos, embora tenha tido redução no ritmo de queda", lembrou Macedo.